

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	63.836.391,74	148.836.391,74
Interna	63.836.391,74	148.836.391,74
Empréstimos/Financiamentos	45.000.000,00	130.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I) <sup>(1,4 e 5)</sup>	18.836.391,74	18.836.391,74
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	-	-
<b>TOTAL (III)</b>	<b>63.836.391,74</b>	<b>148.836.391,74</b>

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	48.830.405.884,01	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	-	0,00%
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)</b>	<b>130.000.000,00</b>	<b>0,27%</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	7.812.864.941,44	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	7.031.578.447,30	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 7%	3.418.128.411,88	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>Parcelamentos de Dívidas</b>	<b>1.146.705,17</b>	<b>1.146.705,17</b>
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	1.146.705,17	1.146.705,17
Contribuições Sociais (COFINS)	-	-
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

Fonte: SOF (RREO - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e RREO - Balanço Orçamentário)

Notas:

- 1 - Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito;
- 2 - Realização de Operações de Créditos: R\$ 15.000.000,00 no 3º Quadrimestre/2018, R\$ 30.000.000,00 até o final do Exercício, realizados no âmbito do Programa de Recapeamento Asfalto Novo - Lei Municipal 16.757/2017, financiado pelo Banco Santander S.A.;
- 3 - Realização de Operações de Créditos: R\$ 30.000.000,00 no 3º Quadrimestre/2018, R\$ 100.000.000,00 até o final do Exercício. Realizados no âmbito do Programa Habitacional Casa da Família - Lei Municipal 16.757/2017, financiado pelo Banco Santander S.A.;
- 4 - Realização de Operações de Créditos: R\$ 9.036.391,74 no 3º Quadrimestre/2018, mesmo valor até o final do Exercício, realizado no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT - Leis Municipais 15.390/2011 e 15.687/2013, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- 5 - Realização de Operações de Créditos: R\$ 9.800.000,00 no 3º Quadrimestre/2018, mesmo valor até o final do Exercício, realizado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM - Leis Municipais 15.390/2011 e 15.687/2013, financiado pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- 6 - A CIA. Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP recorreu ao Parcelamento de Débitos de INSS/RAF, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) - Lei Federal 10.522/2002, no valor de R\$ 1.146.705,17;
- 7 - Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro;
- 8 - Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Executivo: da Administração Direta (PMSP) e Adm. Indireta (COHAB).

**ENZO LUCIO ONDEI**  
Diretor do Depto. de Dívidas Públicas  
CPF 254.411.408-03

**EMERSON ONOFRE PEREIRA**  
Diretor do Depto. de Contadoria  
CRC 1SP 240.974/O-7

**PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU**  
Secretário Municipal da Fazenda  
CPF 274.076.708-03

**GUSTAVO GONÇALVES UNGARO**  
Controlador Geral do Município  
CPF 260.136.778.40

**BRUNO COVAS LOPES**  
Prefeito  
CPF 220.375.848-14